

UNIVERSIDADES PRIVADAS RECONHECIDAS COM «LIGEIREZA E IRRESPONSABILIDADE»

— acusa a Federação Nacional dos Professores

«Entende a FENPROF que a constituição de universidades privadas deve obedecer a critérios éticos e deontologicamente aceitáveis, com um corpo docente próprio e praticando ambos os ensinos de graduação e pós-graduação e a investigação em áreas diversificadas, para além da Gestão de Empresas, Direito, Economia e afins» — afirma a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) num comunicado que acaba de divulgar a propósito da situação nas universidades privadas.

No entender daquela federação sindical, o reconhecimento oficial das universidades privadas «não pode continuar a ser feito com a ligeireza e irresponsabilidade de como tem sido até aqui, em que é muito difícil conseguir, por exemplo, a vinda de quem aliviará de universidades». Por outro lado, é necessário impor «numerosos cláusulas» rigorosas às universidades privadas, cujos critérios não sejam diferentes das universidades públicas e inspecionar as suas actividades — sustenta a organização liderada por António Teodoro.

A FENPROF considera mesmo «inaceitável» que docentes das universidades públicas se desmultipliquem em actividades nas universidades privadas e exige «regras claras» de contratação de docentes nas universidades privadas com contratos colectivos de trabalho como é vulgar no sector privado. «Além — sublinha aquela federação —, este deve ser o único sector de actividades onde é permitida que os empregados tenham concorrência desleal dos seus empregadores».

• Ensino público prejudicado

Estas posições agora assumidas pela FENPROF surgem na sequência das decisões ultimamente adoptadas relativamente ao ensino superior privado, problema que a FN tem vindo a

noticiar com especial destaque. Entre os factos mais recentes, a FENPROF recorda a criação da Universidade Livre, a criação das universidades «Lusitana» e «Portugalense» e, sobretudo, a «facilidade» com que estas e outras instituições foram reconhecidas como «universidades».

Segundo a FENPROF, a instauração do «numerosus clausus» para estas universidades é «ridícula» e «vazia

de conteúdo. Por exemplo, falar em 1800 alunos para Direito na Universidade Portuense — é totalmente surrealista».

Mais ainda, a evolução da universidade pública portuguesa aponta para que se desenvolva cada vez mais a ligação entre o ensino e a investigação. A universidade pública procura, assim, formar os seus docentes investigadores, que lhes permitam exercer as competências de que está investida.

Ora, verifica a FENPROF que proliferam as instituições que de universidade só tem o nome. «Na verdade, toda a sua actividade, ao restringir-se ao ensino de graduação (licenciatura), é de uma empresa de prestação de serviços: não formam os seus próprios quadros, que se limitam a ir buscar à universidade pública, como consequência não exercem

o ensino de pós-graduação nem fazem cumulativamente qualquer investigação». Para a FENPROF, estas instituições vivem à custa da universidade pública, a quem vão buscar docentes qualificados, prejudicando o próprio ensino público.

A terminar, a FENPROF condena o protocolo celebrado entre a Direcção-Geral do Ensino Secundário com a Universidade Livre para que o Centro de Informática desta Universidade forme os professores efectivos do ensino secundário dos 10.º, 11.º e 12.º anos da via técnico-profissional.

«A universidade pública — afirma aquela federação sindical — tem competência suficiente para poder electuizar estas opções, mas a justiça que o Estado deve dar às instituições sob a sua tutela, que constituem, de facto, a matriz fundamental do sistema universitário, não ser, tal vez, o interesse

de promover instituições de nível científico mais elevado. De facto, constitui um malabarismo de dinheiro públicos investidos na universidade pública a Administração ir fazer contratos onerosos com o sector privado, não aproveitando os próprios meios sob tutela e propriedade do Estado».

• Estudantes de Letras denunciam «chorudo negócio»

Entretanto, também a Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (AEFLUP) acaba de tomar posição sobre a questão das universidades particulares. Em comunicado, aquela estrutura estudantil «repudia com a maior veemência toda a hipocrisia que, afinal, preside ao chorudo «negócio» em que se tem vindo a transformar a antiga proliferação de instituições privadas de ensino superior».

«Que, beneficiando dos dinheiros públicos que o Estado lhes concede», as universidades particulares criam em «largas centenas de estudantes (...) expectativas de formação científica superiores a um preço descomunalmente inoportuno e em condições de locação que não merecem comentários sequer» — justificam os dirigentes da AEFLUP.

Dizendo-se «perplexa» e «profundamente revoltada» com as recentes autorizações ministeriais, a Direcção da AEFLUP protesta, com especial vigor, contra a «autorização para três (!) novas ditas «universidades» de ensino superior particular — a «Portugalense», no Porto, e a «Autónoma de Lisboa Luís de Camões» e a «Lusitana», em Lisboa — e, abrirem, nada mais nada menos, que 1540 vagas para alunos de História e 700 (apenas a «Autónoma de Lisboa») para os cursos de Línguas e Literaturas Modernas, sem contar com... 3830 para alunos de Direito».

Segundo a AEFLUP, «aparece curioso» que o mesmo Ministério, a mesma Secretaria de Estado do Ensino Superior, que foi confrontado, «sobretudo neste último ano lectivo, por toda a movimentação dos estudantes de letras e pela denúncia pública do estado de ruptura completa em que entrou o mercado de trabalho para os licenciados desta área da Universidade portuguesa», tenha reduzido «em 30% (!) as vagas de ingresso nos cursos de Letras» e «quase em simultâneo» tenham dado autorização a instituições privadas para que estas possam inscrever «para os seus primeiros anos mais alunos no curso de História que o mesmo MEC fixou para a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por exemplo». É que, hoje, segundo os responsáveis associativos da FLUP, existem já cerca de nove mil licenciados de Letras no desemprego («quatro mil só do curso de História») e «para lá caminham» cerca de 15 mil estudantes...

Para, assim — sublinha-se no comunicado — que vimos citando — a todos os títulos esmagadora a situação criada pelas autorizações ministeriais, que para além de todas as críticas suscitadas, arrasta consigo a acusação lançada pela parte de uma das universidades privadas envolvidas, de que a atitude do MEC é de clara inerteza, o que destoa toda a imagem de imparcialidade e distância que cabe ao Estado, a um membro do Governo, defender neste campo particular do ensino».

Dia

X
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ensino Particular